

Relato da 103ª Reunião do Plenário¹

No dia 20 de Abril de 2010, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima terceira Reunião Plenária, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do relato da 102ª Reunião Plenária; 2- Informações; 3- Intervenção de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre orientações de política de ensino superior; 4- Apreciação do Plano de Actividades para 2010; 5- Apreciação do projecto de Parecer sobre Avaliação Externa das Escolas (Relatórios da Avaliação Externa das Escolas relativos aos anos 2007/2008 e 2008/2009); 6- Apresentação do relatório preliminar sobre “O Estado da Educação”; 7- Audição de ex-ministros da Educação, no âmbito da preparação do relatório “O Estado da Educação” e nos termos do nº 1 do artigo 25º do Regimento do Conselho Nacional de Educação.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados Paula Cristina Nobre de Deus (CCRD do Alentejo), Pedro d’Almeida Freire (Organizações Patronais), António Ferrão (Associações de Estudantes do Ensino Secundário), António Magalhães da Cunha (CRUP) e Alfredo Monteiro da Costa (ANMP). De seguida, agradeceu a presença de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. José Mariano Gago, a quem deu a palavra.

Na sua exposição, o Ministro referiu as orientações inscritas no Programa de Governo, de entre as quais destacou a celebração do *Contrato de Confiança para o Ensino Superior*, subscrito por todas as instituições públicas, o qual se centra em duas dimensões essenciais: a concretização da reforma do ensino superior em curso e a assunção da responsabilidade social pela qualificação de activos em Portugal. Considerando a baixa qualificação de activos em Portugal, as instituições de ensino superior comprometem-se a um esforço adicional para a recuperação do défice de formação existente na população adulta, procurando qualificar, a nível superior e durante os próximos quatro anos, mais 100 mil activos. Actualmente, a percentagem de pessoas de 30-34 anos na UE-27 com qualificação superior situa-se em 30%, sendo que em Portugal essa percentagem é de 21%, o que implica a necessidade de um impulso significativo na formação superior de activos, de modo a aproximar-nos da meta definida para a próxima década à escala europeia de atingir uma taxa de 40% no conjunto dos países. Se nada fosse feito, nos próximos dez anos Portugal apenas subiria a sua taxa de adultos entre os 30-34 anos com diploma de ensino superior para um valor próximo de 28%.

No entanto, a sustentabilidade do esforço no ensino superior e no desenvolvimento científico encontra-se fortemente condicionada pela evolução dos ensinos básico e

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

secundário, onde o insucesso escolar, o abandono precoce sistemático e a baixa percentagem de alunos com melhores desempenhos podem comprometer o ingresso naquele nível de ensino. Por outro lado, o incremento da dimensão de empregabilidade que deve estar presente no ensino superior, bem como o alargamento da sua base social de recrutamento têm suscitado muitas críticas, designadamente por parte das instâncias de regulação profissional. Estas questões dificultam, na sua perspectiva, a aproximação de Portugal aos níveis de qualificação esperados na UE.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Edgar Romão, Adriano Moreira, Cecília Honório, António Pinho, Mário Mota, António Magalhães da Cunha, Jorge Serrote, Cátia Lapeiro, Nuno Monteiro, Maria do Carmo Tavares, Maria Calado, Alfredo Monteiro, João Muñoz e Carlos Barbosa. Os conselheiros colocaram questões relativas à necessidade de racionalização da rede de instituições de ensino superior e à reorganização dos cursos no âmbito do Processo de Bolonha, à ausência de conceitos estratégicos para a articulação do ensino secundário com o ensino superior e deste com os requisitos de entrada em profissões reguladas por ordens profissionais, ao facto de o *contrato de confiança* celebrado não ter envolvido as instituições privadas e militares e a concretização das metas nele definidas dever implicar outras entidades, designadamente os municípios, à situação de desemprego em que se encontram muitos jovens licenciados e necessidade de reforço da Acção Social Escolar no ensino superior face à previsão de crescimento de ingressos pelo alargamento a novos públicos, ao modo como o País terá de fazer face à saída dos seus melhores alunos. Também a necessidade de monitorizar a aplicação do RJIES e normalizar o financiamento das instituições foi referida.

Na resposta às questões colocadas, o Ministro considerou que a reorganização da rede de ensino superior implica não só a intervenção do ministério, mas também a vontade das próprias instituições. Porém, o desafio que se coloca ao País é o de melhorar os níveis de qualificação superior da sua população activa, condição essencial para o desenvolvimento da competitividade no âmbito da UE, donde a importância do *contrato de confiança* celebrado entre o Governo e as instituições.

Agradecendo a disponibilidade e os esclarecimentos prestados pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Presidente deu seguimento à OT da reunião, colocando à consideração o relato da 102ª Sessão Plenária, o qual foi aprovado. No **ponto 2 - Informações**, deu conta das visitas realizadas aos municípios de Vila Velha de Ródão e Castelo Branco para contacto com os projectos educativos locais, da visita a centros escolares em Madrid, quando da participação na reunião do Consejo Escolar del Estado em Toledo, e da sua participação no Conselho Nacional da CONFAP. Numa colaboração entre o CNE e a Comissão de Educação e Ciência da AR terá lugar no dia 7 de Junho uma conferência subordinada ao tema “Que currículo para o século XXI?”, estando também o CNE a colaborar na organização do congresso “Educação para os Media, que deverá ter lugar em 2011. Em agenda estão também a realização de dois seminários, o primeiro dedicado ao tema da formação de consórcios entre instituições de ensino superior e previsto para o início de Setembro, e o segundo sobre o papel das

famílias na educação, a realizar em colaboração com a Pro-Dignitate. Mais informou terem prosseguido as audições aos presidentes dos Conselhos Gerais das instituições de ensino superior e estar em curso a elaboração de recomendações da iniciativa do CNE sobre: *Orientação Educativa e Profissional*, pelos conselheiros José Manuel Canavarro e Francisco Madelino; *Autarquias e Educação*, pelos conselheiros Berta Macedo, José Augusto Pacheco e Paulo Caldas; *Modelo de Avaliação das Escolas*, pelos conselheiros Paula Santos e Jorge Marques da Silva; e *Financiamento das Escolas*, pelos conselheiros Armandina Soares, Maria José Rau, António Pinho e Francisco Ramos. Por fim, convidou todos os conselheiros a visitarem o novo *site* e a colaborarem no boletim *e-cne*.

No **ponto 4 da OT – Apreciação do Plano de Actividades para 2010**, intervieram os conselheiros Maria José Rau, Carlos Barbosa, Berta Macedo e Maria José Martins, que apresentaram sugestões de novas acções a incluir, tendo a Presidente esclarecido tratar-se de um documento orientador da intervenção do CNE, susceptível de ser enriquecido. Passando ao **ponto 5 da OT – Apreciação do projecto de Parecer sobre a Avaliação Externa das Escolas**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores, Jorge Marques da Silva e Maria Luísa Pereira para apresentação das linhas gerais do projecto de Parecer.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Albino Almeida, Cecília Honório, Carlos Chagas, Antero Resende, Maria Emília Brederode Santos, Joaquim Azevedo, Paulo Sucena, António Ferrão, Cátia Lapeiro, Maria do Rosário Barros e Alfredo Monteiro da Costa, tendo, de uma maneira geral, felicitado os relatores pela qualidade do parecer produzido. O conselheiro Albino Almeida referiu a importância de a IGE valorizar a intervenção dos pais que participam na vida das escolas; a conselheira Cecília Honório sugeriu a integração nas recomendações finais do parecer de algumas considerações iniciais, designadamente, a avaliação realizada não se revestir “da externalidade desejável” e a articulação entre o processo de avaliação externa das escolas e o processo de avaliação individual dos docentes. Partilhando a mesma ideia, os conselheiros Carlos Chagas, Paulo Sucena e Maria do Rosário Barros chamaram a atenção para a importância de ouvir os Conselhos Municipais de Educação sobre o desempenho das escolas e de incluir nas recomendações referência à ligação que deve existir entre os resultados da avaliação e os projectos de melhoria das escolas, bem como sobre a necessidade de proceder à revisão dos instrumentos de medida utilizados pela IGE. O conselheiro Joaquim Azevedo sugeriu que as três recomendações finais incluíssem referência à entidade que as deve executar. O conselheiro Antero Resende questionou o facto da avaliação externa não englobar nem os estabelecimentos de ensino privado, nem os das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e de os TEIP serem objecto de um tratamento distinto. A conselheira Maria Emília Brederode Santos reforçou a importância de ouvir a opinião dos alunos sobre o funcionamento da escola, no que foi acompanhada pelo conselheiro António Ferrão que considerou existir pouca participação e valorização dos alunos nos actuais Conselhos Gerais das escolas. Para o conselheiro Alfredo Monteiro da Costa, o processo de avaliação devia ser conduzido

por uma entidade externa à educação, tendo a conselheira Cátia Lapeiro levantado a questão de princípio de saber para que serve a avaliação das escolas.

Os conselheiros relatores tomaram boa nota das sugestões apresentadas, tendo a Presidente, de seguida, colocado à votação o projecto de Parecer na generalidade, o qual foi aprovado com uma abstenção. A versão final será enviada por correio electrónico a todos os conselheiros, que poderão juntar as suas declarações de voto, caso o entendam fazer.

Feito um intervalo para almoço, a sessão continuou da parte da tarde.

No **ponto 6 da OT – Apresentação do relatório preliminar sobre “O Estado da Educação”**, a Presidente referiu a metodologia seguida na sua elaboração e tratar-se de um documento que, nesta fase inicial, visa suscitar questões por parte dos conselheiros, prevendo-se que o relatório final seja apreciado na próxima reunião plenária. Aberto o debate, intervieram os conselheiros Arminda Bragança, Maria José Rau, Maria Calado, Paula Santos, Teresa Pinto, Berta Macedo, Teresa Vasconcelos, Maria José Martins, Jorge Serrote, Cátia Lapeiro, Armandina Soares, João Muñoz e Albino Almeida. Nas suas intervenções, os conselheiros acentuaram a necessidade de o relatório a produzir ser um documento rigoroso, que possa ser replicado em anos posteriores, e fizeram diversas sugestões de indicadores a incluir e respectivo tratamento de dados. A abordagem de estudos de caso foi globalmente considerada positiva e referido o interesse de “O Estado da Educação” poder agregar as temáticas de política educativa em agenda no ano a que se reporta o relatório.

De seguida, deu-se cumprimento ao **ponto 7 da OT – Audição de ex-ministros da Educação**, com a presença do Prof. Doutor David Justino e da Prof^a Doutora Maria de Lurdes Rodrigues.

Na sua exposição, o Prof. David Justino considerou que o relatório “O Estado da Educação” elaborado pelo CNE poderá preencher uma lacuna existente a nível institucional no que se prende com a avaliação das políticas educativas e dos seus resultados. Na sua opinião, um órgão com a isenção do Conselho pode garantir o distanciamento técnico e político necessário à análise da política educativa e, desse modo, contribuir com estudos que possam ajudar o ME a ponderar as suas políticas. Nesse sentido, seria de explorar a possibilidade de, em colaboração com a FCT, serem lançadas linhas de estudo sobre temáticas educativas. Do seu ponto de vista, o principal obstáculo com que a educação se confronta é a falta de sentido de futuro, saber o que queremos da educação tendo em conta as necessidades da sociedade, pelo que a discussão hoje dever-se-ia centrar sobre o que queremos que a educação seja daqui a quinze anos. A participação de Portugal em estudos internacionais é muito importante, mas também será necessário realizar estudos nacionais que reflectam sobre os resultados do País no contexto internacional.

Para a Prof^a Maria de Lurdes Rodrigues, o “Estado da Educação” deverá ser um olhar especializado sobre a Educação que reúne informação factual de base científica. O

relatório deveria ser sintético, integrando os indicadores mais relevantes para o conhecimento do sistema educativo, podendo beneficiar dos dados que são fornecidos por Portugal às organizações internacionais. Sobre a escolha de indicadores e a sua temporalidade considerou que a publicação da LBSE em 1986 deveria ser o momento de referência inicial. Sugeriu ainda que relativamente ao financiamento da educação fosse reconstituída uma série de dados com a relação PIDDAC/PRODEP, dado não existir nenhum estudo que contemple os benefícios trazidos pelo PRODEP ao longo de mais de vinte anos de investimento nacional e comunitário.

No final, a Presidente agradeceu a presença dos dois convidados e, não havendo mais nada a tratar, deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.